

Caminhos da industrialização

Nesta aula

Sabemos que, desde o início do século XX, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, vinham-se instalando indústrias para atender não apenas à expansão da economia cafeeira como também ao lento mas crescente processo de urbanização dessas áreas. Nos anos 30 e 40, a sociedade brasileira era ainda basicamente rural, mas colocaria a industrialização do país como uma importante meta a alcançar. Quais as alternativas adotadas pelo Estado brasileiro, no período compreendido entre 1942 e 1961, para promover a industrialização?

Nesta aula mostraremos os diversos projetos para industrializar o Brasil, os projetos vencedores e os resultados econômico-sociais desse processo, realizado principalmente por intermédio da intervenção do Estado.

O nacionalismo varguista

A atuação do Estado como agente econômico é, sem dúvida, algo típico da história contemporânea do Brasil. A década de 1930 foi um marco, pois o Estado que resultou da Revolução de 30 teve como um dos seus objetivos fazer da cidade e da indústria (ou seja, do pólo urbano-industrial) o eixo da economia. Nesse período, foram implantadas as indústrias de bens de produção ou indústrias de base, favorecendo o empresariado industrial brasileiro, que conseguiu garantir junto ao Estado o atendimento de seus interesses.

Durante o Estado Novo (1937-1945) o empresariado consolidou um novo estilo de participação política, de tipo corporativo, marcando sua presença em órgãos públicos como o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF). Por sua atuação no interior desses órgãos, os empresários industriais conseguiram promover seus interesses e divulgar suas idéias, especialmente as que defendiam o desenvolvimento industrial como a única saída para a fraqueza da economia do país – baseada até então na exportação de produtos agrícolas e na importação de produtos industrializados. Eles consideravam necessário um Estado forte, que protegesse a indústria nacional e garantisse o bem-estar social da Nação.

Pouco a pouco, essas idéias ganharam lugar de destaque no pensamento e na ação do governo federal, que passou a direcionar sua política econômica para a industrialização do país, voltando-se para a expansão das atividades ligadas às necessidades do mercado interno.

Chamado a assumir a tarefa de implantar a indústria de base, o Estado não só coordenaria a economia como se tornaria um investidor, um empresário.

Até o início da década de 1930, a estrutura industrial brasileira estava organizada em torno do setor de **bens de consumo corrente**, isto é, tecidos, alimentação e vestuário. Para implantar um setor de **bens de produção** – siderurgia, energia, transportes –, era necessário conseguir recursos para comprar insumos básicos e equipamentos (máquinas, ferramentas etc).

Grande parte desses recursos foram conseguidos com a exportação de produtos agrícolas, principalmente do café. Assim, o Estado transformava-se em investidor das indústrias de base, ao mesmo tempo em que fazia leis para organizar a economia em geral.

Durante o Estado Novo, a política de Getúlio Vargas caracterizou-se pelo nacionalismo e pelo intervencionismo. Dava-se maior importância à exploração das riquezas nacionais, sem, no entanto, incomodar as empresas estrangeiras que já estavam no país. Ao mesmo tempo, o Estado passou a participar diretamente de determinadas áreas produtivas.

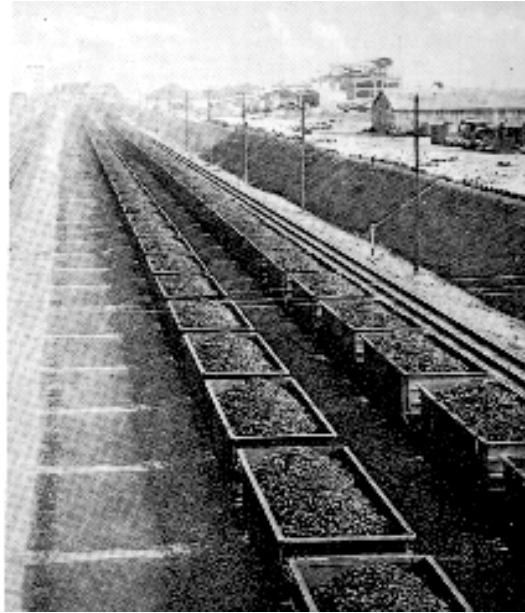
Ignorando as dificuldades econômicas, mas atento às possibilidades de negociar com os países envolvidos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo brasileiro publicou, em 1940, um ambicioso **Plano Quinqüenal** (duração de cinco anos), que previa, entre outros projetos, a construção de uma grande usina siderúrgica. A instalação dessa usina quebraria o monopólio da produção de aço que os Estados Unidos e a Europa possuíam, permitindo que, em caso de guerra, o Brasil pudesse desenvolver uma indústria independente e, em tempos de paz, pudesse contar com infra-estrutura para sua própria indústria mecânica.

Em 1941, foi iniciada a construção da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (Usina Siderúrgica de Volta Redonda), com **capital público nacional** e financiamento do governo dos Estados Unidos, interessado em contar com a participação brasileira na guerra contra o nazi-fascismo. A Usina começou a produzir em 1946 e contribuiu para diminuir a importação de ferro e aço a partir de 1956.



Com a construção da Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, o Brasil passou a diminuir sua importação de ferro e aço.

Em 1943, inaugurou-se a Fábrica Nacional de Motores – FNM, primeira empresa brasileira a fabricar veículos, em vez de apenas montá-los. A Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945) são, junto com a CSN, alguns exemplos de empresas públicas, criadas durante o período, que possibilitaram uma industrialização acelerada.



Inaugurada em 1942, a Companhia Vale do Rio Doce dominava o comércio de minério de ferro e outros minerais.

Muitas dessas indústrias forneciam bens e serviços a preços baixos, tornando possível ao setor privado economizar nos custos de produção e continuar investindo nos setores tradicionais (na indústria de bens de consumo corrente). Mesmo temendo o excesso de intervencionismo do Estado, o setor privado era bastante beneficiado pela política econômica e trabalhista do governo varguista.

Durante o governo do general Eurico Dutra (1951-1954), sob influência da onda liberal resultante do fim da Segunda Guerra, houve uma diminuição da intervenção do Estado na economia. Políticos mais conservadores defendiam menor ênfase na indústria de bens de produção e maior liberdade comercial, para reintegrar o Brasil no mercado internacional.

Com o segundo Governo Vargas (1951-1954), a industrialização acelerada voltou a ser considerada elemento essencial para promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. E o Estado deveria ser, mais uma vez, o condutor desse processo. Marcada por um forte nacionalismo, a política econômica promovida por Getúlio mudou a direção que havia sido dada pelo governo Dutra e voltou a dar prioridade às indústrias de base (ferro e aço, química, equipamentos e material ferroviário, indústria elétrica) e de infra-estrutura (energia, transportes, comunicações).

No entanto, era impossível conseguir recursos suficientes para esses setores dentro do país; precisava-se buscar recursos externos. As posições nacionalistas de Getúlio Vargas entraram em conflito com aqueles que defendiam a abertura ao capital estrangeiro para promover o desenvolvimento econômico.

Dentre as iniciativas nacionalistas voltadas para o desenvolvimento independente do país, incluía-se o projeto de criação da Petrobrás, que foi apresentado ao Congresso Nacional, junto com o Programa do Petróleo Nacional, em dezembro de 1951. O projeto de lei propunha a exploração do petróleo por uma nova empresa de economia mista, com maior poder de decisão do Estado.

Tal projeto, que só foi aprovado quase dois anos mais tarde, provocou um forte debate entre **nacionalistas** e **estrangeiristas** (defensores da entrada de capital externo). Os lucrativos negócios da empresa americana Standard Oil, instalada no Brasil, estavam ameaçados. A “batalha do petróleo” agitou o país; a campanha “*O Petróleo é Nosso*” ganhou as ruas e mobilizou a população em comícios e manifestações a favor do monopólio da Petrobrás, que finalmente foi criada em outubro de 1953.

Apesar da criação da Petrobrás nesse ano e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 – para promover a melhoria da infraestrutura industrial –, o debate entre nacionalismo e estrangeirismo não acabou no governo Vargas. A industrialização continuou sendo a opção de desenvolvimento, mas a maneira de promovê-la não foi a mesma dos anos 40.

O desenvolvimentismo de JK

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o processo de industrialização teve nova orientação. No início do governo, foi anunciado o **Plano de Metas**, que teve como objetivo modernizar o Brasil e cumprir o lema da campanha de JK: “*50 anos em 5*”. Isto é, cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Se, por um lado, houve uma abertura ao capital estrangeiro, opondo-se nesse sentido ao governo anterior, por outro lado o intervencionismo governamental não foi eliminado.



Belo Horizonte, fundada em 1897, sofreu grandes modificações, quando JK governou Minas Gerais.

Uma das características do governo de JK foi o planejamento, que estabeleceu metas industriais a serem cumpridas nos cinco anos de mandato, supervisionadas de perto por órgãos já existentes (BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, CACEX - Carteira de Comércio Exterior) e por outros, criados pelo presidente e subordinados ao Conselho de Desenvolvimento, também criado por ele.

A primeira fábrica de carros de passeio no Brasil foi a Volkswagen.

A indústria brasileira contou, nesse período, com a participação de capital nacional e estrangeiro, público e privado, divididos em três grupos:

- o **capital privado** nacional continuou investido na produção de **bens de consumo corrente**;
- o **capital estrangeiro** destinou-se sobretudo à produção de **bens de consumo duráveis**, especialmente a indústria automobilística;
- o **capital estatal** continuou a financiar a **indústria de base**, o que significava um estímulo para os outros dois.

Na **euforia desenvolvimentista**, como ficou conhecida a rápida expansão industrial e de consumo brasileira, o Estado atuou como o principal agente econômico, interferindo continuamente na orientação dos investimentos, por meio do planejamento, sem deixar de ser um importante produtor direto nos setores estratégicos (indústria de base e infra-estrutura).

Entre 1955 e 1961 entraram no país mais de 2 milhões de dólares dirigidos a áreas prioritárias do Plano de Metas, como indústria automobilística, construção de estradas (Belém–Brasília), transportes aéreos, eletricidade (usinas de Três Marias e Furnas) e aço. Mas foi a indústria de automóveis que mais se destacou. Iniciada com investimentos alemães (Volkswagen) e franceses (Simca), a produção do carro nacional cresceu de 30.542 unidades, em 1957, para 133.041, em 1960. Era a febre do crescimento. JK era considerado “o homem que substituiu o burro pelo jipe”, fazendo o país entrar na era da modernidade.



Os anos JK trouxeram euforia, crença e desenvolvimento. Porém deixaram algumas heranças que logo se revelaram complicadas. Brasília, a nova capital do país, foi construída durante o governo JK, sendo inaugurada em 21 de abril de 1960, como meta-síntese de JK. Nesse momento, grande parte das metas havia sido alcançada, e a sociedade brasileira já não era basicamente rural. Porém, o aumento da inflação, a concentração dos lucros industriais nas mãos de um pequeno número de empresários de alguns setores industriais, assim como a alta dívida externa, começaram a provocar um grande descontentamento em boa parte da população brasileira.

Não foram apenas as questões econômicas que marcaram o período JK como um período relevante; no campo cultural e político, também aconteceram muitas mudanças, associadas ao crescimento das cidades e ao desenvolvimento industrial. Mas, para entendê-las, você vai ter de esperar nossas próximas aulas.

Relendo o texto

Exercícios

Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no vocabulário da Unidade e no dicionário.

1. Releia ***O nacionalismo varguista*** e identifique:
 - a) qual setor industrial foi valorizado nos dois governos de Getúlio Vargas;
 - b) de que modo o Estado interferiu na economia;
 - c) qual era a posição de nacionalistas e estrangeiristas;
 - d) de que maneira o empresariado foi favorecido pela política econômica desse período.
2. Releia ***O desenvolvimentismo de JK*** e identifique:
 - a) qual o setor industrial mais valorizado por JK;
 - b) de que forma o Estado interferiu na economia;
 - c) algumas características do Plano de Metas;
 - d) de que forma ocorreu a participação do capital estrangeiro.
3. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Leia com atenção os documentos que vêm em seguida, sublinhe as palavras que não entender e procure descobrir o que elas significam.

Documento A

“Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas. Petróleo é a base da economia e da defesa militar de um país. Não há como, na indústria do petróleo, se associarem o Estado e os particulares. Se a indústria do petróleo visa lucros comerciais, perde o seu caráter, deixa de ser interessante para os capitais privados. É uma injustiça social entregar o privilégio da indústria do petróleo a alguns, mesmo sob a forma de ações de uma sociedade mista. O petróleo pertence à nação, que há de dividi-lo igualmente por todos os seus filhos.”

Trecho do pronunciamento do general Horta Barbosa, durante a Campanha “O Petróleo é Nosso”, em 1947.

Documento B

“A viagem que realizei pelos Estados Unidos e pela Europa, convocando todos os homens de capitais particulares para virem colaborar nessa tarefa [desenvolver o Brasil], deu os frutos que esperava, porque, só neste ano, em indústrias, em investimentos novos por capitais estrangeiros, já somamos 232 milhões de dólares contra 70 milhões apenas no ano passado. Essa política foi pregada por mim na viagem que realizei e, mais do que isto, no acolhimento que venho dando a todos os homens de empresa que querem trazer os seus capitais para o Brasil, não para explorar o nosso território e sim contribuir para o enriquecimento e o bem-estar de todos os brasileiros.”

Trecho de um discurso do presidente Juscelino Kubitschek, em 1956.

1. Identifique no documento A:
 - a) a importância do petróleo na visão do general (Para que serve o petróleo, o que ele significa para o país?);
 - b) a posição do autor em relação ao investimento do capital privado na indústria do petróleo (retire de trechos do texto).
2. Para o autor do documento A, quem deve explorar o petróleo?
3. Identifique no documento B:
 - a) qual a política pregada por JK na viagem à Europa e aos Estados Unidos;
 - b) como JK via a participação do capital estrangeiro na economia brasileira.
4. Qual a diferença entre as opiniões do general Horta Barbosa e do presidente Juscelino Kubitschek?

